



## Senado analisa decreto sobre participação social

Iniciativa da presidente Dilma Rousseff que dá mais poderes a conselhos populares é vista com reservas por grande parte dos congressistas. Câmara já rejeitou a proposta

Parlamentares, inclusive de partidos da base governista, acreditam que o decreto presidencial que consolida a participação popular como método de governo usurpa atribuições do Legislativo.

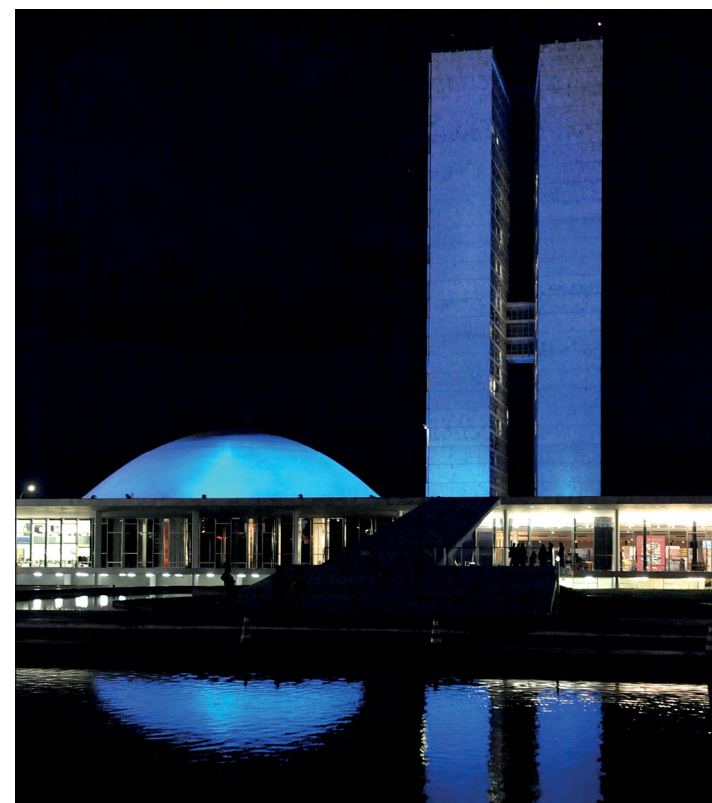
Tanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, quanto o presidente da Câmara, Hen-

rique Eduardo Alves, posicionaram-se contra a proposta do Planalto. Na semana passada, o Plenário da Câmara aprovou texto do deputado Mendonça Filho que derruba a iniciativa do governo Dilma Rousseff. O projeto chegou ontem ao Senado e poderá ser votado em regime de urgência. **3**

**Plano Nacional de Banda Larga é tema de debate hoje **8****

**Comissão de Orçamento avalia MP com recursos ao Fies **7****

**Audiência discute medida sobre aviação regional **8****



Marcos Oliveira/Agência Senado

O Palácio do Congresso Nacional passará todo o mês com iluminação azul

## Congresso se ilumina e adere ao Novembro Azul

Parlamentares fizeram sessão solene ontem e acenderam as luzes azuis para chamar a atenção

dos homens para o câncer de próstata. Se descoberta no início, doença tem 90% de chance de cura. **6**

## Governo pode revisar meta de superávit primário

Queda na arrecadação, baixo crescimento e gastos com investimentos podem levar governo a alterar lei orçamentária. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Paim e Ana Amélia aplaudem filho de Lupicínio Rodrigues em homenagem ao centenário de nascimento do compositor

## Plenário homenageia Lupicínio Rodrigues

Senadores comemoraram ontem os 100 anos do nascimento do compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues. Durante sessão especial, Ana Amélia e Paulo Paim anunciaram a apresentação de projeto de lei para tornar Lupicínio patrono da MPB. **2**

## especial Cidadania

## Projeto de lei pune com mais rigor má gestão da saúde



Ivo Gonçalves/PMMA

Mecanismos que existem hoje para punir a má gestão da saúde se restringem à suspensão do repasse de recursos federais para estados e municípios.

Projeto do senador Humberto Costa regulamenta a chamada responsabilidade sanitária dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e promete mais rigor. **4 e 5**

Distribuição de calendários de campanha contra a dengue: uso do dinheiro público na saúde é alvo de controle em projeto de lei

## Janot examina mandado da CPI Mista da Petrobras **3**

## Biografias não autorizadas devem entrar na pauta **2**

# Senadores propõem Lupicínio patrono da MPB

Em sessão comemorativa aos 100 anos de nascimento de Lupicínio Rodrigues, os senadores Ana Amélia e Paulo Paim anunciaram projeto em homenagem ao compositor gaúcho

AS CANÇÕES *SE Acaso Você Chegasse e Felicidade* marcaram a abertura e o encerramento da sessão especial em homenagem ao centenário de Lupicínio Rodrigues (1914–1974), no Plenário do Senado, ontem. Requerida por vários senadores, especialmente os gaúchos Ana Amélia (PP-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), a sessão teve a presença do filho do cantor homenageado, Lupicínio Rodrigues Filho.

As canções foram executadas pelo violonista Jorge Luís dos Reis Nunes, o saxofonista Jeová Lins dos Santos e a cantora Rosemaria Alves dos Santos. No início da sessão, o filho de Lupicínio interpretou a canção *Esses Moços*.

Ao final da reunião, Ana Amélia sugeriu a Paim que

fizessem em conjunto um projeto de lei para declarar o cantor e compositor gaúcho patrono da música popular brasileira.

A senadora recordou que Lupicínio foi compositor do hino do Grêmio e de um jingle para a volta de Getúlio Vargas ao poder (*Bota o Retrato do Velho*). Da obra de Lupi, como era conhecido, Ana Amélia tirou também ensinamentos para a política.

— Todos os brasileiros, sobretudo os políticos da atualidade, são quem mais ganha com os 100 anos de Lupicínio. Nas palavras das composições dele, sobram lições de democracia e sugestões para melhores práticas políticas. Dizia ele que o “pensamento parece uma coisa à toa, mas como é que a gente voa quando



Lupicínio Rodrigues Filho interpretou a canção *Esses Moços* na sessão especial e falou a respeito do legado do pai

começa a pensar”. É entender o sentido das coisas — disse ela.

Paim disse considerar Lupicínio um filósofo, pois buscava o conhecimento de si mesmo e da existência humana. Para o senador, o músico foi o criador da “filosofia da dor de cotovelo”. Ele também ressaltou o fato de Lupicínio ter aberto as portas a muitos negros numa época em que havia mais preconceito que hoje.

— Lupicínio buscou e alcançou o inatingível. Ele quebrou barreiras, abriu fronteiras para que hoje um negro estivesse aqui na tribuna do Senado homenageando e lembrando

os 100 anos dele. Esse era Lupicínio — falou Paim.

Fleury (DEM-GO) afirmou que a música de Lupicínio continuará para sempre. O senador lembrou que os pais dele namoraram ao som de canções do compositor.

Em discurso emocionado, Lupicínio Rodrigues Filho falou da simplicidade do pai, um católico fervoroso e visitante de várias cidades brasileiras. O filho do cantor disse que, quando criança, não conhecia ainda a dimensão do pai e que foi, ao longo do tempo, percebendo a importância dele.

— Meu pai, naquela época,

saía a cantar por São Paulo, sozinho, a pedir que gravassem suas músicas. Voltava para casa, muitas vezes, com a metade da roupa que ele tinha levado. A outra metade ele tinha vendido para poder voltar para casa — relatou.

O filho do cantor ressaltou ainda o valor da poesia do pai. Para ele, Lupicínio teve o poder de escrever, o poder de sentir a dor e de analisar a alma humana diante do sofrimento.

Também participaram da homenagem o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e o “cônsul” do Grêmio em Brasília, Vilmar da Silva Fogaça.



Cantora e músicos executam canção de Lupicínio durante a sessão especial

## Liberação de biografias aguarda análise

Projeto que permite a publicação de biografias não autorizadas pode entrar na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) amanhã. O relator do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/2014, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é favorável à aprovação da proposta. Ele disse que tem intenção de abrir mão do requerimento para uma audiência pública sobre o tema a fim de agilizar a aprovação do texto.

O projeto, do deputado Newton Lima (PT-SP), modifica o Capítulo 2 do Código Civil, que trata dos direitos da personalidade. Pela proposta, a ausência de autorização não poderá ser usada como argumento para proibir a divulgação e a publicação de obras biográficas sobre personalidades públicas. Lima

entende que as trajetórias dessas pessoas são social e historicamente significativas e que devem ser de livre conhecimento.

“Por sua posição de destaque em relação aos demais cidadãos, as pessoas notoriamente conhecidas verificam que suas condutas são norteadoras das decisões de diversos segmentos sociais”, explica o deputado na justificativa do projeto.

Ferraço defende a mudança da legislação. Ele entende que o Código Civil está defasado nesse ponto.

— Na interpretação atual, há uma evidente autorização para censura privada, em detrimento das liberdades constitucionais de manifestação do pensamento, da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação,

além do direito à informação — observa.

Na Câmara, o texto sofreu alterações. Foi acrescentado um dispositivo que permite aos que se sentem ofendidos por obra já publicada recorrer a juizados especiais para excluir o trecho contestado em edições futuras. Ferraço, no entanto, é contrário ao acréscimo, do deputado — e senador eleito — Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Ferraço argumenta que cabe aos juizados especiais apenas resolver conflitos mais simples, entre os quais não estariam aqueles relativos a direitos da personalidade.

— Os litígios que decorrem da edição de obras literárias são bastante complexos e, muito provavelmente, necessitariam de produção de prova pericial, inadmissível no procedimento dos juizados — contesta.

O relator também acredita que a via judicial deixaria uma porta aberta para outro tipo de censura, o que derrotaria o propósito do projeto.

— Geraria um mecanismo de censura posterior das biografias, incompatível com a liberdade de expressão que se busca reconhecer nesse projeto — argumenta Ferraço.



O relator, Ricardo Ferraço, defende publicação de biografias não autorizadas

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Irmãs de Maria**  
11h Sessão especial para comemorar os 50 anos da fundação da Congregação das Irmãs de Maria de Banneux.
- PRESIDÊNCIA Tarso Genro**  
15h30 Renan Calheiros recebe o governador do RS, Tarso Genro. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.
- CRA Crédito rural**  
8h30 Audiência discute a importância do Sistema Financeiro Nacional para o crédito agrícola e as perspectivas para o setor.
- CCT Banda larga**  
8h30 Debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga com representantes do Executivo, do setor de telecomunicações e de provedores de internet, entre outros.
- CMA Medicamentos**  
8h30 A Comissão de Meio Ambiente analisa o PLS 148/2011, que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

- CAE Sabatina**  
10h A Comissão de Assuntos Econômicos sabatina Pablo Waldemar Renteria para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- CE Atualização de professores**  
11h A comissão examina o projeto que torna obrigatória a reciclagem pedagógica de professores da educação pública de níveis superior e básico a cada seis anos.
- MEDIDA PROVISÓRIA Farmácias**  
14h30 Terceira reunião da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 653/2014. O texto flexibilizou a exigência da presença de farmacêutico nas farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas.
- CMO Relatório da LDO**  
14h30 Votação do relatório preliminar do senador Vital do Rêgo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO).

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Para grande parte dos parlamentares, iniciativa da presidente Dilma Rousseff retira atribuições do Legislativo e deve ser derrubada

# Decreto sobre participação popular pode ganhar urgência no Senado

CHEGOU AO SENADO ontem o projeto que derruba o decreto da presidente Dilma Rousseff sobre a Política Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/2014). O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1.491/2014, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), foi aprovado pela Câmara na semana passada e pode entrar na pauta do Senado a qualquer momento. Senadores planejam apresentar requerimento de urgência para a votação.

O decreto presidencial, editado no fim de maio, consolida a participação social como método de governo e fortalece instâncias como os conselhos e as conferências. Para grande parte dos parlamentares, inclusive de partidos da base do governo, a iniciativa usurpa atribuições do Legislativo.

Tanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, quanto o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, já se posicionaram contra o decreto do Planalto. Na semana passada, Renan disse acreditar que a decisão da Câmara seria confirmada pelos senadores.



Deputados aprovaram na semana passada projeto que derruba decreto da Presidência sobre conselhos populares

— Já havia um quadro de insatisfação com relação a essa matéria. O decreto ser derrubado na Câmara não surpreendeu, da mesma forma que não surpreenderá se for, e será, derrubado no Senado — afirmou Renan.

## Prós e contras

Em audiência pública realizada em agosto, o jurista e professor Dalmo Dallari abriu a reflexão assegurando que o decreto não enfraqueceria o poder do Congresso.

— A democracia participativa não elimina a Casa representativa, mas faz-lhe um acréscimo, aumentando a

possibilidade de influência do povo, que continua elegendo seus representantes, embora participe também de outras formas — explicou.

Na mesma ocasião, outro jurista, Hermes Rodrigues Nery, declarou que o objetivo do decreto presidencial foi inviabilizar a democracia, em vez de aprimorá-la.

Citando editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que os movimentos sociais estão sendo controlados pelos partidos da esquerda, em especial o PT. Acrescentou que a institucionalização dos conselhos leva ascensão política imediata aos

“revolucionários profissionais”.

Outra proposta que chegou ao Congresso ontem foi a Medida Provisória (MP) 658/2014. Publicada no *Diário Oficial da União* em 30 de outubro, a medida adia para julho de 2015 a entrada em vigor da Lei 13.019/2014, que estabelece normas de parcerias entre governo e organizações civis.

O texto original, decorrente de projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), indicava a vigência já a partir deste mês. O governo alega que, na lei sancionada, o prazo para as adaptações das ONGs foi considerado bastante curto, por ser de apenas 90 dias.

## Figueiró elenca questões para a reforma política

Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a necessidade urgente de uma reforma política é quase um consenso nacional, tanto que entrou na pauta de prioridades da presidente Dilma Rousseff. Lembrou, porém, que a competência para fazer a reforma é do Congresso.

Ele observou que a presidente, se quisesse, deveria mandar ao Parlamento uma proposta com itens específicos.

Na opinião do senador, a reforma deve incluir questões como: voto distrital puro, cláusula de barreira, limite à reeleição de parlamentares ao máximo de três mandatos, voto em trânsito para todos os cargos e licenciamento dos que desejam se reeleger, inclusive parlamentares.

— Em relação ao convite aos parlamentares para cargos de confiança no Executivo, como secretarias de Estado ou ministérios, o parlamentar que aceitar deixaria a vaga em aberto, não podendo o suplente tomar posse em seu lugar — defendeu.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Anibal contesta dúvidas sobre processo eleitoral

Anibal Diniz (PT-AC) lamentou que “alguns grupos” não aceitem a vitória da presidente Dilma Rousseff nas eleições e lancem dúvidas sobre a urna eletrônica e o processo de apuração eleitoral.

O senador se referiu às pessoas que foram às ruas em São Paulo para pedir o impeachment da presidente. Citou também o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) — coordenador jurídico da campanha de Aécio Neves (PSDB-MG) —, que solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma auditoria no resultado do segundo turno.

Anibal afirmou que o deputado não apresentou nenhuma prova ou indício de irregularidades.

— Pela primeira vez, desde o fim da ditadura e do início da redemocratização do Brasil, nossa principal instância jurídica eleitoral foi questionada numa atitude irresponsável, que mancha o TSE e, por isso, merece o mais veemente repúdio e a nossa indignação.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Paim defende campanhas com dinheiro público

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem o financiamento público de campanhas e a vedação de contribuições de pessoas jurídicas a candidatos, além de fiscalização mais rigorosa contra a prática de caixa dois.

O senador criticou o atual modelo de financiamento de campanhas eleitorais, que, para ele, atropela valores republicanos e mantém as instituições políticas dependentes do poder econômico.

Na avaliação de Paim, o dinheiro desempenha um papel cada vez maior nas eleições brasileiras, reduzindo a igualdade de condições entre os candidatos e desestimulando a candidatura de cidadãos desprovidos do que chamou de “tremenda influência” dos ricos.

— Em 2010, para se eleger, um deputado federal precisou em média de R\$ 1 milhão. Houve casos de R\$ 10 milhões. Um senador, de R\$ 4 milhões a R\$ 5 milhões, e um governador, de R\$ 20 milhões a R\$ 30 milhões — condenou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Mozarildo propõe investigar desvios de dinheiro em RR

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu a criação de uma força-tarefa envolvendo os Tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado de Roraima (TCE-RR), os Ministérios Públicos Federal e de Roraima e a Controladoria-Geral da União para identificar os responsáveis por desvio de dinheiro público no governo estadual e providenciar a punição dos culpados.

O senador lembrou que Roraima é o estado que mais recebe dinheiro do governo federal, proporcionalmente ao número de habitantes. Mesmo assim, os serviços de saúde, educação e segurança são de péssima qualidade.

— Não pode mais a gente conviver com essa história de que alguém faz, sai do governo, eleito ou não, fica por isso mesmo e as coisas pouco acontecem. O Brasil quer mudanças e essas mudanças têm que começar pela prática administrativa correta, pelo combate intenso à corrupção — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Requião é contra adicional para juiz e promotor

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ser contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que garante adicional por tempo de serviço para magistrados e membros do Ministério Público.

O senador explicou que a instituição do adicional já havia sido incorporada ao subsídio dos magistrados em termos praticamente idênticos aos atualmente reivindicados. Para ele, a PEC cria uma vantagem duplicada para um grupo e, se aprovada, trará efeitos danosos às finanças dos estados, fazendo com que ultrapassem o limite de gastos estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Acrescentar ao subsídio mais um adicional seria uma forma de injustiça com os demais servidores públicos que, atualmente, não têm esse direito. Não têm direito a nenhum adicional por tempo de serviço, ao passo que os magistrados pretendem tê-lo em duplicidade — afirmou Requião.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Projeto endurece punição a mau gestor da saúde

Texto de Humberto Costa regulamenta a chamada responsabilidade sanitária, e irregularidades na condução do Sistema Único de Saúde podem passar a ser consideradas crimes previstos na legislação

André Falcão

CONSTRUÇÕES INACABADAS DE hospitais, desperdício com remédios vencidos, caros equipamentos para diagnóstico comprados, mas sem uso, surtos descontrolados de doenças transmissíveis, desvio de recursos, fraudes. Essas e diversas outras irregularidades na gestão da saúde pública que se veem diariamente nas páginas dos jornais podem não ficar mais impunes. O Projeto de Lei do Senado 174/2011, de autoria de Humberto Costa (PT-PE), regulamenta a chamada responsabilidade sanitária dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como explica o autor da proposta, os mecanismos que existem hoje para punir a má gestão da saúde se restringem à suspensão do repasse de recursos federais para estados e municípios. Nesse caso, o maior prejudicado não é o prefeito ou o secretário, e sim a própria população, que continuará sem a oferta necessária dos serviços, ressalta o senador.

Ele cita como exemplo do que poderia ser tratado pela lei a crise que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2005, quando, relata o parlamentar, havia total desobrigação do município em cumprir suas responsabilidades mais elementares: ampliar o atendimento básico, garantir medicamentos na rede e manter o funcionamento de hospitais públicos.

— São situações em que, se tivéssemos uma lei com a dimensão da Lei de Responsabilidade Sanitária, não somente teríamos instrumentos para evitar qualquer prejuízo à população como também poderíamos ter

responsabilizado administrativa e criminalmente os gestores da saúde e dos entes da Federação — argumenta.

O PLS 174/2011 define como crimes de responsabilidade sanitária, entre outros, deixar de prestar de forma satisfatória os serviços de saúde previstos em lei; transferir recursos da conta do Fundo Nacional de Saúde para outra conta, mesmo que temporariamente; e aplicar recursos em atividades não planejadas, exceto em situações de emergência ou calamidade pública.

Também passa a ser crime prestar informações falsas no relatório de gestão, dificultar a atuação de órgãos de fiscalização e controle e inserir informações falsas nos bancos de dados dos sistemas de acompanhamento.

Essas condutas serão enquadradas como crimes de responsabilidade previstos na Lei 1.079/1950 e no Decreto-Lei 201/1967. Uma novidade apresentada pelo projeto é a responsabilização solidária do chefe do Executivo. Dessa forma, prefeitos, governadores e o presidente da República também responderão pelas irregularidades cometidas pelos secretários ou ministro da Saúde. As penas incluem inelegibilidade e até perda do cargo por impeachment.

Também está prevista no texto uma série de infrações administrativas, como deixar de estruturar o Fundo Nacional de Saúde ou de apresentar ao conselho de Saúde o plano de saúde ou o relatório de gestão.

Como sanção para coibir as infrações, estão previstas advertências e multas que variam de 10 a 50 vezes o valor do salário mínimo.

— As penas são compatíveis



Operação apreende medicamentos vencidos em Porto Alegre: Lei de Responsabilidade Sanitária prevê punição mais rigorosa para essa e outras infrações no setor

com o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, não estamos sendo mais duros ou menos duros — observou o senador.

## Modernização

No entanto, apesar de caracterizar crimes e estabelecer punições, os objetivos maiores do projeto de Lei de Responsabilidade Sanitária são, segundo Humberto, estabelecer com clareza as atribuições dos municípios, dos estados e da União nas ações de saúde e obrigar o sistema a aprimorar a capacidade de planejamento. Atualmente, os gestores das três esferas elaboram pactos e acordos nas chamadas comissões intergestores. Os compromissos pactuados, que são regulados por portarias do Ministério da Saúde, passarão a ter força de lei, por meio dos contratos organizativos de ação pública, e, como tal, poderão ser plenamente cobrados pelos órgãos de controle e pela sociedade, por meio, principalmente, dos conselhos de Saúde.

As metas estabelecidas nos contratos organizativos de ação pública deverão ser incluídas nos planos de saúde elaborados pelos municípios, pelos estados e pela União. Esses planos, que devem ser aprovados pelos conselhos de Saúde, também conterão metas relativas à redução das desigualdades regionais; à ampliação do acesso a ações e serviços mais qualificados e humanizados; à redução dos riscos à saúde e dos agravos mais importantes; e ao aprimoramento dos mecanismos de gestão, financiamento e controle social.

O projeto visa promover a cooperação entre os governos, responsabilizando-os de forma solidária pela resposta às necessidades de saúde da população, consideradas as peculiaridades locais. Dessa forma, será possível comparar cada gestor e promover uma maior integração entre as ações em todo o país.

— Por exemplo, se estabelecermos uma meta para o Brasil de reduzir a mortalidade infantil

e um determinado município se comprometer a reduzir o problema em 10% num período de cinco anos, isso deixa de ser uma mera intenção e passa a ser um contrato que terá que ser cumprido — explica Humberto. Se no decorrer do período estabelecido os gestores avaliarem que não será possível cumprir a meta, a proposta prevê a possibilidade de mudanças, que deverão constar de um termo de ajuste celebrado entre as partes.

Cada um dos entes da Federação terá que fazer a sua parte em benefício da população para escapar das sanções da proposta. No exemplo do senador sobre a redução da mortalidade infantil, o Ministério da Saúde seria o financiador, a secretaria de Saúde do estado contrataria profissionais e ofereceria treinamento e o município seria executor da ação.

Integrante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Ferreira dos Santos avalia que a proposta de responsabilidade sanitária, além de pressionar os

gestores ao cumprimento das ações planejadas, permite prevenir continuidade das ações. Como diz Santos, para as questões administrativas e financeiras há a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, para as de políticas sociais, não há um instrumento de cobrança. Ele aponta a centralidade do planejamento para a saúde e lembra que esse é o momento do embate entre as necessidades da população e os interesses de mercado. Além disso, nem sempre há o acompanhamento de longo prazo dos resultados.

— Muitas vezes, pressionados pela necessidade de resultados por causa das eleições, os gestores adotam soluções imediatistas e exóticas. São ações tapa-buraco, que em nada estruturam a atenção à saúde da população — argumenta Santos, que acredita que a responsabilização sanitária pode reverter esse quadro.

## Irregularidades

Na justificativa do projeto, Humberto Costa lembra que o

Tribunal de Contas da União (TCU) já havia feito em 2007 uma recomendação ao Congresso Nacional para que fossem criados mecanismos de sanção aos gestores responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações.

O secretário de Controle Externo da Saúde do TCU, Marcelo Chaves, diz que o órgão vem encontrando, ao longo dos anos, falhas e deficiências em diversas etapas da gestão da área de saúde.

— Na questão do planejamento, já vimos, por exemplo, casos de equipamentos de mamografia que foram adquiridos após todo um esforço para fazer uma licitação, mas isso foi feito sem pensar no resto. Há muitos casos de equipamentos que ficam encaixotados porque não se pensou na instalação elétrica ou na adaptação da estrutura do prédio para suportar um equipamento de grande porte — afirmou.

O secretário cita casos de perda ou falta de medicamentos porque não há uma programação correta para o estoque e uso desses insumos. Além disso, são comuns os casos em que medicamentos são comprados por um preço maior do que o de mercado não só por fraude, mas por falta de uma pesquisa prévia sobre os valores.

Marcelo Chaves também destaca a dificuldade encontrada pelos gestores no controle das ações de saúde, não sendo incomuns as ocasiões em que não existe, por exemplo, fiscalização das empresas contratadas para a construção de um posto de saúde ou hospital ou aquisição e instalação de um equipamento.

— Nós já vimos muitos casos em que todo o dinheiro foi repassado à empreiteira, a quem ia construir um hospital, e a obra está inacabada — conta o secretário.



Em agosto, integrantes do Conselho Nacional de Saúde entregaram ao Senado propostas para financiamento do SUS

## Conselho considera proposta prioridade para a área

O PLS 174/2011 faz parte da agenda de prioridades do Conselho Nacional de Saúde, explica o conselheiro Ronald Ferreira dos Santos. Em agosto, coordenados por Maria do Socorro de Souza, apresentaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, documento contendo propostas para o debate sobre a reforma sanitária e o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Agenda Propositiva do Conselho Nacional de Saúde defende o fortalecimento do

SUS e, durante a campanha eleitoral de 2014, trouxe sugestões para a discussão de formas de melhorar a qualidade da saúde no país.

Uma das principais propostas é que 10% da receita bruta da União seja destinada ao setor. Os conselheiros propõem também o fim da Desvinculação das Receitas da União (a DRU, mecanismo que permite cortes de despesas no setor) para o orçamento da seguridade social e mudanças na formação de profissionais de saúde. Além disso, preconizam

a implantação de orçamentos participativos em todas as esferas do sistema.

Constam do documento 25 propostas, divididas em “Garantia do direito à saúde”, “Valorização do trabalho e educação na saúde” e “Fortalecimento da participação social”.

O presidente do Senado disse que a participação da sociedade no debate sobre a legislação da saúde é essencial para a melhoria dos serviços do setor e o fortalecimento da própria democracia.

## Regulamento Sanitário Internacional estabelece responsabilidades entre países

A epidemia causada pelo vírus ebola que atingiu o continente africano e teve casos registrados na Europa e nos Estados Unidos desperta a atenção para a aplicação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que determina a responsabilidade que têm os países nesses casos.

O secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, explica que o RSI estabelece a obrigação a todos os países-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) de compartilhar informações e comunicar os chamados eventos de saúde pública de interesse internacional. Esses eventos não são predefinidos. Eles são caracterizados a partir da aplicação de um algoritmo na ocorrência de situações envolvendo vírus ou bactérias que causam doenças graves e cuja disseminação possa influenciar, por exemplo, o comércio internacional ou o trânsito de pessoas.

Segundo Barbosa, o RSI

não estabelece punições para os países que o descumprirem. No entanto, a OMS está autorizada a monitorar rumores por meio da imprensa e das redes sociais e pode pedir formalmente a qualquer país-membro informações oficiais para esclarecer boatos. A negativa poderia comprometer a credibilidade do país.

— Não há punição formal, mas o país poderia sofrer uma desconfiança generalizada da comunidade internacional, com influência no comércio e no turismo — pondera o secretário. Barbosa explica que o

Brasil cumpre todas as determinações do RSI, tendo, por exemplo, feito a comunicação do primeiro caso suspeito de ebola no país em menos de 24 horas. Além disso, o Ministério da Saúde tem como política não adotar nenhuma medida exarcebada ou não preconizada pela OMS, como a restrição a passageiros oriundos das áreas de ocorrência da epidemia, o que pode caracterizar preconceito.

O RSI foi internalizado na legislação brasileira em 2009, com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 66/2009 pelo Senado Federal.



Simulação de ebola em Guarulhos (SP): país obedece a regras desde 2009



Legislação fortalece os conselhos de Saúde, como o do Recife, que poderão acionar tribunais de contas e Ministério Público

## Participação da sociedade na fiscalização pode ganhar mais força

A proposta de Lei de Responsabilidade Sanitária pode fortalecer o papel dos conselhos de Saúde, órgãos colegiados cujo funcionamento foi regulamentado pela Lei 8.142/1990. Pelo projeto, caberá aos conselhos aprovar não somente o plano de saúde (documento com metas e objetivos plurianuais com as respectivas dotações financeiras), mas também os relatórios de gestão, que são os instrumentos de prestação de contas da execução dos planos de saúde.

Para Humberto Costa, uma

vez que os planos de saúde vão ter força de contrato legal, os conselhos deverão estar mais bem preparados, pois vão ter um papel mais ativo com relação à fiscalização das metas e ao estabelecimento de objetivos para a saúde. Caberá aos conselhos acionar os tribunais de contas e o Ministério Público, caso sejam encontradas irregularidades.

Metade dos conselhos é composta por representantes dos usuários dos serviços de saúde. A outra metade é dividida entre representantes dos profissionais

de saúde e do governo e prestadores de serviço.

— É importante destacar que a atuação do conselheiro deve ser isenta. Já vimos casos de conselhos que não respeitam muito essa política de independência, nomeando, por exemplo, parentes do prefeito como conselheiros, o que compromete a atuação de fiscalização — explica Marcelo Chaves.

O secretário diz que o TCU reconhece a importância dos conselhos como órgãos de controle e tem auxiliado na ca-

pacitação de conselheiros com a publicação de materiais de orientação. O tribunal também deve oferecer em breve um curso a distância para conselheiros.

Ronald Ferreira dos Santos destaca que o Conselho Nacional de Saúde tem feito campanhas para mobilizar a sociedade em torno da participação nas políticas de saúde. Ele avalia que o funcionamento do conselho é um indicador da visão que as forças políticas predominantes em cada local têm em relação a papel do Estado e democracia.

### Saiba mais

Integra do Projeto de Lei do Senado 174/2011  
<http://bit.ly/PLS174de2011>

Sistema de acompanhamento dos conselhos de Saúde  
<http://bit.ly/AcompanhamentoConselhos>

Orientação para conselheiros de Saúde, publicação do TCU  
<http://bit.ly/OrientacoesConselheiros>

Novembro Azul chama a atenção da população para a necessidade de exame periódico. Tumor vitima principalmente homens acima de 50 anos

# Com iluminação azul, Congresso adere a campanha contra câncer de próstata

PELO SEGUNDO ANO, O Congresso Nacional aderiu à campanha Novembro Azul, que busca informar os homens sobre o câncer de próstata. O Palácio do Congresso ontem ganhou iluminação azul e os parlamentares organizaram uma sessão solene com o objetivo de chamar a atenção do país para a campanha.

A sessão foi proposta pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e pelo deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES), que é médico urologista, e foi presidida pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS).

Até o fim deste ano, serão registrados 68,8 mil novos casos de câncer de próstata no Brasil, segundo previsão do Instituto Nacional de Câncer (Inca). É o segundo câncer mais comum entre a população masculina, depois do tumor de pele. O câncer de próstata atinge principalmente homens acima dos 50 anos.

Histórico familiar, obesidade, alcoolismo e tabagismo são fatores de risco para a doença. Dieta balanceada, exercícios físicos e exames periódicos são formas de prevenção. Os exames são o teste sanguíneo PSA e o toque retal.

— O que a gente faz com o Novembro Azul é o mesmo que o Outubro Rosa: alertar para a necessidade do exame preventivo. Prevenir é o melhor remédio — afirmou Ana Amélia.

## Cura

Se diagnosticada no início, a doença tem chances de cura em mais de 90% dos casos. Em estágio avançado, as chances caem para 35%. Uma pesquisa realizada com 5 mil homens de seis capitais revelou que quase a metade (44%) nunca foi ao urologista.

— O governo tem que investir mais no homem. Se o Ministério da Saúde destinasse 10% da sua verba ao combate ao câncer de próstata, teria-



Participam da sessão Luciana Holtz, Ana Amélia, Waldemir Moka, Dr. Jorge Silva, Marlene Oliveira e Eduardo Corradi

mos possibilidade de tratar também o estágio avançado com as novas terapias, as novas drogas — afirmou Carlos Eduardo Corradi, presidente da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU).

A presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz, lamentou que boa parte da população não consiga ter acesso a urologista pelo Sistema Único de Saúde (SUS), fazer biópsia ou obter tratamentos de qualidade.

## Projeto

Na semana passada, o Senado aprovou um projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que determina a capacitação de profissionais do SUS na prevenção e detecção do câncer de próstata e sobre de 40 para 50 anos a idade mínima da população a ser beneficiada com exames (PLS 34/2005).

— Somente neste ano, entre 14 mil e 15 mil brasileiros deverão ir a óbito em decorrência da doença. Perdi vários amigos queridos porque não houve o diagnóstico precoce — disse o senador.

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou iniciativas que fortalecem o atendimento aos pacientes na região de Rondônia, como a construção do Hospital de Câncer da Amazônia.

Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado Pela Vida e idealizadora da cam-

panha, explicou que, durante todo o mês de novembro, mais de mil empresas do país participarão, com palestras, mutirões de saúde, corridas e caminhadas. Centenas de

monumentos pelo país ganharão iluminação azul. Entram na lista até circuitos de corrida automobilística e estádios de futebol, para levar a campanha “aonde o homem está”.

## Homem tem mais cuidados com carro do que com saúde, diz Ana Amélia

Ana Amélia apontou que o câncer de próstata decorre de diversos fatores, como maus hábitos alimentares, questões genéticas e sedentarismo. No entanto, segundo a senadora, esses são fatores que os homens costumam negligenciar.

— O toque retal ainda é encarado com preconceito no Brasil. Os homens têm mais cuidados com a manutenção do carro do que com a própria saúde. As mulheres é que os levam ao consultório médico — acrescentou.

De acordo com o deputado Dr. Jorge Silva, a sessão solene organizada pelo Senado e pela Câmara teve como objetivo abordar não só o câncer de próstata, mas também a saúde em geral dos homens.

— Culturalmente, o homem não cuida da saúde igual as mulheres e isso aumenta o risco de morte. De acordo com as estatísticas, a população feminina vive em média sete anos a mais

que a população masculina — afirmou.

Participaram do acendimento da iluminação azul do Congresso Nacional, ontem à noite, o presidente da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), Carlos Eduardo Corradi, a presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida e idealizadora da campanha Novembro Azul, Marlene Oliveira, e a presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz.

A campanha Novembro Azul tem como hashtag nas redes sociais #dribleopreconceito. O Serviço de Produção e Mídia da Coordenação de Publicidade e Propaganda do Senado (Comap) também está disponibilizando a logomarca da campanha para utilização em publicações em mídias sociais.

— É uma marca para lembrar que estamos no mês da campanha Novembro Azul. Para ter acesso [à logomarca], basta solicitar — diz Fábio Duarte, chefe do serviço.

## Comissão discute MP que flexibilizou regras para farmácias

A comissão mista da MP 653/2014, que flexibilizou a exigência da presença de farmacêutico em farmácias, promove hoje, às 14h30, a primeira de duas audiências para discutir o tema. Foram convidados representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal (Sincofarma-DF), da Federação Brasileira das Redes Associativistas de Farmácias (Febrafar) e da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).

A MP 653 relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas. Pelo texto original da Lei 13.021/2014, a presença desse profissional é obrigatória em todos os estabelecimentos.

Com a MP, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006) passaram a adotar as regras da Lei 5.991/1973. Essa lei permite a presença de “prático de farmácia”, inscrito em Conselho Regional de Farmácia, como responsável do estabelecimento. A permissão é feita em razão de interesse público, como a necessidade de farmácia em pequenos municípios.

A comissão da MP é presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e tem como relator o deputado Manoel Junior (PMDB-PB). A segunda audiência deve ocorrer terça-feira. Depois de analisada na comissão mista, a MP será votada na Câmara e no Senado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burtle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Déficit na arrecadação, maior gasto com investimentos e baixo crescimento podem alterar Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014

# Baixo crescimento leva governo a mudar meta de superávit primário

O GOVERNO PRETENDE encaminhar ao Congresso uma proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, tendo em vista o fechamento das contas públicas, em setembro, com déficit de R\$ 20,4 bilhões, o pior resultado mensal desde 1997.

No acumulado de janeiro a setembro, o resultado é deficitário em R\$ 15,7 bilhões. Em 12 meses, as contas do governo acumulam superávit de R\$ 33,3 bilhões, o que representa 0,7% do produto interno bruto.

De acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, a alteração da LDO servirá para ampliar a previsão de abatimento no superávit primário das despesas com desonerações e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atualmente em R\$ 67 bilhões.

Na avaliação de Augustin, o resultado ruim de setembro decorre de um crescimento econômico interno inferior ao previsto; da tímida recuperação econômica internacional; e do choque de oferta no Brasil, o que gerou uma política



O senador Lindbergh Farias e o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, durante audiência pública no Senado

monetária contracionista.

— Tivemos uma frustração de receita em R\$ 40 bilhões. A arrecadação ficou R\$ 35 bilhões menor que o previsto no decreto de programação orçamentária de fevereiro e o impacto das desonerações ficou R\$ 5 bilhões acima — disse o secretário, segundo informe publicado na página do Ministério da Fazenda.

Augustin destacou que a elevação dos investimentos é importante para a retomada do crescimento econômico. O montante chegou a R\$ 62,4

### Entenda o que é superávit

Em orçamentos públicos, o <b>superávit</b> ocorre quando há receita superior à despesa. Se há aumento da arrecadação ou corte de despesas, o superávit é maior. Quando as despesas e os pagamentos superam a arrecadação, ocorre um déficit orçamentário.	<b>Superávit primário</b> é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. Nas contas do governo, o chamado déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo.
---	---

bilhões de janeiro a setembro, um crescimento de 34,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Já os desembolsos do PAC aumentaram 47,8% no mesmo período, totalizando R\$ 47,2 bilhões.

— O aspecto positivo das despesas é que tivemos um crescimento forte dos investimentos este ano, de 1,65% do PIB. Esse é um percentual bem significativo — frisou o secretário.

## Comissão de Orçamento vota crédito extra ao Fies

Por determinação do presidente, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), a reunião da Comissão de Orçamento (CMO) que ocorreria hoje foi reagendada para amanhã, às 14h30. O primeiro item da pauta é a MP 655/2014, que

destina ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) créditos extraordinários no valor de R\$ 5,4 bilhões.

O Fies é um programa do Ministério da Educação que financia a graduação em faculdades particulares. Para

ter acesso ao financiamento, o aluno precisa preencher alguns requisitos exigidos pelo Ministério da Educação. Podem ter acesso alunos com renda familiar bruta de até 20 salários mínimos.

Os estudantes que acessam o Fies só começam a pagar a dívida 18 meses após o encerramento do curso. Só neste ano já foram destinados créditos no valor de R\$ 7,4 bilhões para o programa, por meio de duas outras MPs.

Na mesma reunião, a CMO tentará aprovar o parecer preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015 (PLN 3/2014). A aprovação do relatório abre prazo para apresentação de emendas parlamentares ao projeto.

A expectativa de Devanir

Ribeiro é que também sejam apreciados alguns dos projetos de lei do Congresso (PLNs) que tramitam na comissão, os quais preveem a abertura de créditos adicionais a diversos órgãos. Entre eles, o PLN 9/2014, que abre crédito suplementar de R\$ 41,4 milhões em favor do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU).

Os recursos serão para diversas obras, como a ampliação da sede da Justiça Federal em Uberlândia (MG); construção das sedes da Justiça Federal em Diamantino, Cáceres e Juína (MT) e em Aparecida de Goiânia e Jataí (GO); e construção das sedes da Procuradoria da República em Uberlândia (MG), Serra Talhada (PE), Belém e Teresina, entre outras.



### Gurgacz: mudança em dívidas dos estados será benéfica

Ao defender proposta que muda o índice de correção das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013), Acir Gurgacz (PDT-RO) ressaltou que o endividamento desses entes tem travado investimentos, principalmente em infraestrutura. O projeto deve entrar na pauta do Plenário amanhã.

O senador afirmou que São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul já esgotaram a capacidade de endividamento. Por isso, a proposta dará fôlego a estados e municípios, que poderão investir, beneficiando a população:

— Através dos municípios e estados, vamos conseguir melhorar a vida da população brasileira. Mas para isso estes entes precisam ter mais recursos — disse.

### Para Ana Amélia, troca do indexador é fundamental

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que o Senado vai votar esta semana projeto fundamental para o país: o que define um novo indexador da dívida dos estados. Os governadores, segundo ela, aguardam há muito tempo a aprovação da proposta.

A senadora afirmou que a bancada gaúcha tem se empenhado muito pela votação da proposta, assim como de uma outra, que trata da convalidação de incentivos fiscais. Este projeto deve ser discutido hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

— Foram concedidos incentivos para que empresas se instalassem em GO, no ES, em SC e em outros estados. E como ficarão essas empresas que acreditaram na lei e agora de uma hora para outra teriam que pagar inclusive retroativo? — questionou.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Presidente da CMO, o deputado Devanir Ribeiro quer votar créditos adicionais

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência  
Lei Complementar 142/13

**Um justo direito para quem percorre esse caminho**

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)

Audiência pública avaliará hoje a iniciativa do governo, que tem como objetivo promover a inclusão digital e massificar a internet no Brasil. Entre os convidados, representantes do Executivo e de teles

## Comissão debate Plano Nacional de Banda Larga

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado realiza audiência pública hoje para avaliar o Plano Nacional de Banda Larga. Representantes do Poder Executivo, dos prestadores de serviços de telecomunicações e da sociedade civil vão debater o programa instituído pelo Decreto 7.175/2010, cujo objetivo é promover a inclusão digital e massificar a internet no Brasil.

O debate faz parte do plano de trabalho aprovado pela CCT em maio deste ano, quando a comissão decidiu acompanhar as ações do PNBL. Conforme lembrou Anibal Diniz (PT-AC) na ocasião, a avaliação de políticas públicas é atividade

realizada pelos Paramentos das principais democracias do mundo.

Foram convidados para a audiência Artur Coimbra, diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo, diretor da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Telecomunicações do Tribunal

de Contas da União (TCU); Veridiana Alimonti, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Flávia Lefèvre Guimarães, advogada da Proteste; e Wilson Cardoso, da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Representantes da Casa Civil da Presidência da República, da Vivo e da Oi também foram convidados.

### ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ <b>Portal e-Cidadania:</b> www.senado.leg.br/ecidadania	▶ <b>Alô Senado:</b> www.senado.leg.br/alosenado
▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CCTbandalargaEC	▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CCTbandalargaAS
▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF	▶ <b>Facebook:</b> alosenado
▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania	▶ <b>Twitter:</b> @AloSenado
▶ <b>TV:</b> www.senado.leg.br/TV	▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211
▶ <b>Taquigrafia:</b> http://bit.ly/CCTsenado	



Divulgação/Aeroporto de Maringá

A MP 652/2014 subsidia aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano

## Medida Provisória da Aviação Regional será discutida hoje

A comissão mista criada para analisar a MP 652/2014, que oferece subsídios para a aviação civil regional, promove hoje, às 14h30, uma audiência com representantes da Secretaria de Aviação Civil (SAC), de empresas aéreas, da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), do Sindicato Nacional dos Aeronautas e da Infraero.

A MP cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional para estimular operações de empresas aéreas em aeroportos com até 1 milhão de passageiros por ano. A ideia é baratear as passagens em voos com origem ou destino em aeroportos regionais.

Pelo texto encaminhado pelo governo, o subsídio de R\$ 1 bilhão viria do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac), formado pelo que é pago pela concessão dos maiores

aeroportos nacionais.

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), adiantou que pretende promover algumas modificações no texto. De acordo com a MP, a subvenção seria apenas para as passagens aéreas em voos com origem ou destino em aeroportos regionais, mas o relator quer beneficiar outras áreas.

— Vamos estudar esse limite de forma que atenda as rotas regionais e as empresas que fazem a aviação regional, mas que também não deixe de dar recursos para a infraestrutura aeroportuária — apontou o senador.

O relator pretende apresentar o relatório na quinta-feira, para que a MP seja apreciada a tempo pelos Plenários da Câmara e do Senado. A medida perde a vigência no dia 24 de novembro.

## Política pública de estruturação de destino turístico é tema de audiência

A estruturação dos destinos turísticos brasileiros será tema de debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), amanhã, às 9h. A audiência pública faz parte da nova forma de avaliação de políticas públicas prevista pelo Senado.

A comissão elegeu a estruturação dos destinos turísticos como política pública a ser avaliada por considerá-la essencial para o setor. O tema envolve o desenvolvimento das regiões turísticas, a elaboração de planos regionais de desenvolvimento do setor e

a melhoria da infraestrutura.

Participam o secretário nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e o diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo, Neusvaldo Lima e Jun Yamamoto, além de representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, da Federação de Convention & Visitors Bureaux de São Paulo, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Confederação Nacional do Turismo (CNTur) e da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav).

### ACOMPANHE E PARTICIPE AMANHÃ ÀS 9h

▶ <b>Portal e-Cidadania:</b> www.senado.leg.br/ecidadania	▶ <b>Alô Senado:</b> www.senado.leg.br/alosenado
▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CDReestruturaçãoEC	▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CDReestruturaçãoAS
▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF	▶ <b>Facebook:</b> alosenado
▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania	▶ <b>Twitter:</b> @AloSenado
▶ <b>TV:</b> www.senado.leg.br/TV	▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211
▶ <b>Taquigrafia:</b> http://bit.ly/CDRsenado	



Plano Nacional de Banda Larga prevê acesso em todo o país a internet de alta qualidade via satélite, fibra óptica ou rádio

## Texto com diretrizes para metrópoles pode avançar

Projeto que institui o Estado da Metrópole poderá ser votado hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto (PLC 5/2014) fixa diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados.

O autor do projeto, deputado Walter Feldman (PSB-SP), observa que mais da metade da população brasileira vive em regiões metropolitanas, mas o país ainda não conta com uma lei para ordenar essas grandes ocupações urbanas e promover a gestão integrada dos municípios que compartilham dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas.

Com o texto, o autor quer potencializar a integração de ações entre os municípios que formam uma região metropolitana e prevê a governança interfederativa, ou

seja, o compartilhamento de responsabilidades entre entes da Federação no planejamento e execução de ações para o cumprimento das funções públicas de interesse comum.

O projeto prevê dez instrumentos para a gestão compartilhada, a começar pela elaboração de planos de desenvolvimento urbano integrado, passando por consórcios públicos, convênios de cooperação, parcerias público-privadas e a possibilidade de compensação por serviços ambientais.

Em voto favorável à proposta, o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirma que o texto busca disciplinar o tema sem invadir a competência constitucional reservada aos estados. Após a votação na CMA, o projeto segue para deliberação em mais quatro comissões permanentes: Serviços de Infraestrutura (CI), Assuntos Econômicos (CAE), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e Desenvol-

vimento Regional e Turismo (CDR).

Também está entre as 26 proposições da pauta da CMA substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a dois projetos (PLC 56/2009 e PLS 673/2011) que regulamentam a atividade de telemarketing, estabelecendo, entre outros aspectos, que a jornada diária de trabalho dos operadores do serviço deve ser fixada em até 6 horas, totalizando 36 horas semanais.

O texto prevê ainda que, a cada 90 minutos de trabalho contínuo, os operadores de telemarketing terão direito a intervalo de 10 minutos para repouso, não computado na jornada diária. Em caso de descumprimento da regra, a empresa será obrigada a pagar ao trabalhador multa equivalente a dez vezes o valor do salário do funcionário.

A reunião da Comissão de Meio Ambiente está marcada para as 8h30, na sala 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado.